

# Sindicato quer aumentar e antecipar pagamento da PLR

ABN/Real e HSBC já concordaram em adiantar o depósito para o dia 24 de fevereiro

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e os sindicatos estão reivindicando que os bancos aumentem e antecipem o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que pelo acordo da campanha salarial do ano passado deve ser depositado até o dia 3 de março (veja no quadro o que diz o texto assinado em outubro de 2005). A primeira parcela foi paga no final do ano passado.

A CNB/CUT, em nome dos sindicatos, enviou ofício aos bancos reivindicando a antecipação do pagamento da PLR, diante dos indícios de que o sistema financeiro baterá novos recordes de lucratividade no exercício de 2005. Embora poucos bancos tenham divulgado o balanço do ano passado, alguns já anunciaram

pela imprensa qual será o lucro.

Na quinta-feira 9 de fevereiro, um dia depois de receber o ofício da CNB/CUT, o ABN/Real informou em e-mail enviado à Confederação Nacional dos Bancários que, "em face do pedido de antecipação do pagamento", fará o crédito da segunda parcela da PLR no próximo dia 24.

O HSBC já havia aceitado a antecipação e anunciou o pagamento da PLR e do PPR também para o dia 24, demonstrando que têm rendido frutos as negociações permanentes e as pressões dos bancários para aumentar e antecipar o pagamento dos programas de distribuição do lucro têm rendido frutos. "Precisamos agora aumentar a pressão sobre os bancos que ainda não se manifestaram", conclama José Avelino, secretário de Administração do Sindicato e funcionário do Bradesco.

## ‘Queremos dois salários de PLR’

"Nós queremos dois salários de PLR de todos os bancos. Os altos lucros permitem esse pagamento com folga", reivindica Avelino, lembrando que desde a conquista da PLR, na campanha salarial de 1995, o percentual distribuído vem se defasando em relação aos lucros do sistema financeiro.

No caso do Bradesco, o total de PLR distribuído entre os funcionários representava pouco mais de 12% de seu lucro líquido, em 95. Agora, que deve registrar o resultado recorde de R\$ 5,5 bilhões em 2005, a parcela do lucro líquido destinada à PLR não deve chegar sequer ao mínimo de 5% estipulado pela convenção dos bancários (veja no qua-

dro o que diz o acordo sobre a PLR).

O Bradesco afirma que só abrirá o debate para essa questão depois de divulgado o balanço final do ano. "Os outros bancos já estão negociando com a gente, mas o Bradesco se recusa a sentar à mesa. Portanto, para ampliarmos a distribuição dos lucros, teremos de nos mobilizar e lutar, assim como fizemos com sucesso no Itaú, onde já garantimos o pagamento além do teto de dois salários", destaca Miguel Pereira, secretário de Imprensa da CNB/CUT.

"O Sindicato está de olho no balanço dos bancos para averiguar se o pagamento da PLR será feito de maneira correta", adverte Edmilson Lacerda, coordenador do Coletivo de Bancos Privados, funcionário do Banco de Boston.

Veja a íntegra da Convenção Nacional sobre a PLR no site [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br), link Acordos.

## O QUE DIZ O ACORDO DA PLR

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Ao empregado admitido até 31.12.2004, em efetivo exercício em 31.12.2005, convencionou-se o pagamento, pelo banco, até 03.03.2006, de 80% (oitenta por cento) sobre o salário-base mais verbas fixas de natureza salarial, reajustadas em setembro/2005, acrescido do valor fixo de R\$ 800,00 (oitocentos reais), limitado ao valor de R\$ 5.310,00 (cinco mil, trezentos e dez reais).

### Parágrafo primeiro

O percentual, o valor fixo e o limite máximo convencionados no "caput" desta Cláusula, a título de Participação nos Lucros ou Resultados, observarão, em face do exercício de 2005, como teto, o percentual de 15% (quinze por cento) e, como mínimo, o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do banco. Quando o total de Participação nos Lucros ou Resultados calculado pela

regra básica do "caput" desta Cláusula for inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do banco, no exercício de 2005, o valor individual deverá ser majorado até alcançar 2 (dois) salários do empregado e limitado ao valor de R\$ 10.620,00 (dez mil, seiscentos e vinte reais), ou até que o total da Participação nos Lucros ou Resultados atinja 5% (cinco por cento) do lucro líquido, o que ocorrer primeiro.

Veja também no site [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br) os lucros dos bancos e a data do pagamento da segunda parcela

# Bancos elevam lucros, mas não melhoram os serviços

Reportagem publicada pelo Correio Braziliense no último dia 29 de janeiro mostrou o que para o bancário já é notícia velha: os bancos encontraram na cobrança de tarifas a alternativa menos arriscada para garantir os sucessivos recordes de rentabilidade.

Segundo o jornal, desde 1994, com a adoção do Plano Real, foram criadas diversas taxas —como para Abertura de Crédito (TAC) e de Emissão de Carnê (TEC). Serviços que antes eram oferecidos gratuitamente passaram a ser cobrados. Nos 12 maiores bancos do país, o aumento desenfreado das tarifas está garantindo o pagamento de toda a despesa com pessoal e ainda sobra dinheiro para engordar os lucros. Órgãos de defesa do consumidor consideram as taxas abusivas, mas ressaltam que não há nenhuma resolução do Banco Central (BC) que controle os preços. Por isso, os clientes bancários precisam ficar atentos para não pagar valores indevidamente.

Além disso, informa a reportagem, a automação trouxe comodidade para o cliente, mas não serviu para baratear preços ou melhorar o atendimento ao público. Segundo o vice-presidente da Associação Nacio-

nal dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira, o valor das tarifas não cai por causa da ineficiência dos bancos e da falta de concorrência, além da acomodação dos clientes bancários, que não acompanham as taxas debitadas em suas contas.

Enquanto isso, diz o jornal, a arrecadação de tarifas não pára de crescer. Uma pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (Inepad) mostra que, até setembro de 2005, os 12 maiores bancos do país receberam R\$ 28,118 bilhões com prestação de serviços, superando com folga os gastos com salários, que chegaram a R\$ 23,455 bilhões. A sobra de caixa, que nesse caso foi de R\$ 4,663 bilhões, ajudou a engordar os lucros. Em 2000, o cenário havia sido bem diferente: os bancos analisados conseguiram cobrir apenas 79% das despesas de pessoal com a arrecadação de tarifas.

No Banco do Brasil, o índice de cobertura das despesas com funcionários usando as receitas de prestação de serviços atingiu 103% nos nove primeiros meses de 2005. Esse resultado reflete uma arrecadação de tarifas de R\$ 5,645 bilhões

## Depenando a população

Relação entre despesa com pessoal e receita com tarifas

(Em %)	2000	2001	2002	2003	2004	Até set/05
Banco do Brasil	56	67	80	81	93	103
Caixa	73	81	108	114	98	96
Bradesco	98	102	91	95	117	135
Itaú	150	152	135	185	202	188
Unibanco	141	136	159	143	161	170
ABN Amro Real	66	77	80	81	87	93
Banespa 3	2	49	92	87	111	107
HSBC	74	94	84	94	109	133
Safra	72	77	80	98	77	79
Votorantim	84	73	80	104	70	41
Nossa Caixa	26	29	32	30	37	41
Citibank	80	64	59	66	92	91
Média Geral	79	83	90	98	105	106

Fonte: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração - INEPAD

e despesas de R\$ 5,438 bilhões. Independentemente desses números, a assessoria de imprensa do BB garante que o banco sempre cobrou as taxas mais baixas do mercado. Os bancos privados Itaú e Unibanco quase dobraram a relação. Os percentuais atingiram as marcas de 188% e 170%, respectivamente. Segundo o analista financeiro do Inepad, Edson Carninatti, a tendência é que a relação entre tarifas e despesas com pessoal se distancie cada vez mais, principalmente por causa do uso de novas tecnologias.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese) atribui a má qualidade do atendi-

mento e as longas filas à falta de contratação de novos funcionários e à ampliação da base de clientes dos bancos. Segundo Ana Quitéria, economista do Dieese em Brasília, de 1994 a 2003, o número de bancários caiu de 571 mil para 399 mil de acordo com dados do Ministério do Trabalho. “Os serviços nas agências foram enxugados e houve muita demissão de bancários”, explica. A economista tem dados que demonstram o reajuste das tarifas muito além da inflação. O INPC acumulado de 1994 a 2004 foi de 139%, enquanto o preço dos serviços avançou 483%. A despesa com pessoal subiu apenas 43% no mesmo período.



**Unidos somos mais fortes**